



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 13, v. 2 mai.-out.2020

p. 64-85.

O respeito fica fora do armário: diferenças e afetações de pessoas LGBTQI+ na campanha de enfrentamento à homofobia da SEMDH/PB

(El respeto está fuera del armario: diferencias y afectaciones de personas LGBTQI+ en la campaña SEMDH/PB)

(Respect is out of the closet: differences and affects of LGBTQI + people in the SEMDH / PB campaign to fight homophobia)

Joseval dos Reis Miranda¹

Luís Thales Alves Bezerra²

RESUMO: Através de uma abordagem predominantemente qualitativa, o objetivo do presente artigo é discutir a campanha de combate à homofobia ‘Tire o respeito do armário’, veiculada na rede social Facebook desde 2012 pelo Espaço LGBTQI+ da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba (SEMDH/PB). Os materiais de divulgação da campanha veiculados no perfil da Secretaria no Facebook somam 652 publicações, entre elas fotografias moldadas, cartazes, *banners* e informativos os quais exploram e expõem figuras/imagens de pessoas LGBTQI+. Esse material foi analisado sob a ótica dos conceitos de homofobia, LGBTfobias, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. As referências teóricas utilizadas foram os trabalhos de Recuero (2009), Miskolci (2012; 2014), Colling e Nogueira (2015). As análises qualitativas mostraram que a homofobia é compreendida como uma forma de violência direcionada a todas as pessoas LGBTQI+, e não se trata de violências genéricas. Ademais, percebe-se o envolvimento e o laço afetivo de pessoas LGBTQI+ com o material divulgado, o que demonstra a necessidade de dar visibilidade a esse segmento da população.

PALAVRAS-CHAVE: Homofobia. Campanhas para o público LGBTQI+. Políticas Públicas. LGBTfobias.

Abstract: Based on a predominantly qualitative approach, this article discusses a campaign against homophobia ‘Take the respect out of the closet’, which was made available at the social network Facebook in 2012 by LGBTQI+ Space by State Secretariat of Women and Human Diversity of Paraíba State SEMDH/PB. Materials available to outspread the campaign in the Secretariat’s profile on Facebook encompass 652 publications, among them framed pictures, posters, *banners* and reports that explore and expose figures-images of LGBTQI+ people. These materials

¹ Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Departamento de Metodologia da Educação. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE, no Campus I e no Programa Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS/UFPB, na unidade Mamanguape, Campus IV. E-mail: josevalmiranda@yahoo.com.br

² Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atua como assessor de imprensa no Centro Universitário de João Pessoa- Unipê – PB. E-mail: lthales2@gmail.com



were analyzed with use of the concepts of homophobia, LGBTphobia, compulsory heterosexuality and heteronormativity. The theoretical references used in the study were the publications by Recuero (2009), Miskolci (2012; 2014) and Colling and Nogueira (2015). The qualitative analyses showed that while homophobia is understood as a form of violence headed towards all LGBTQI+, it does not mean generic violence. Moreover, commitment and affection bonds were observed between LGBTQI+ people and the outspread material, a fact that evidences the need of making this population visible.

Keywords: Homophobia. Campaigns to the LGBTQI+ public. Public Policies. LGBTphobia.

Resumen: En este artículo se discute, mediante un abordaje predominantemente cualitativo, la campaña de combate a la homofobia “Saca el respeto del armario” difundida en el 2012 por la red social Facebook del espacio LGBTQI+, vinculado a la Secretaría de Estado de la Mujer y la Diversidad Humana de Paraíba (SEMDH/PB). Los materiales de divulgación de la campaña difundidos en el perfil de Facebook de la Secretaría totalizan 652 publicaciones, entre fotografías modeladas, carteles, *banners* e informativos, que exploran y exponen figuras/imágenes de personas LGTBQI+. Para el análisis de los materiales, se aplicaron los conceptos de homofobia, LGBTfobias, heterosexualidad compulsiva y heteronormatividad. En la fundamentación teórica de este trabajo fueron utilizadas las contribuciones de autores/as como Recuero (2009), Miskolci (2012; 2014), Colling y Nogueira (2015). Los análisis permitieron observar que se comprende la homofobia como una forma de violencia direccionada a todos/as LGBTQI+ y que no son violencias genéricas. También se percibe la participación y el vínculo afectivo de las personas LGBTQI+ con el material divulgado, lo que apunta a la necesidad de dar visibilidad a esta población.

Palabras clave: Homofobia. Campañas para el público LGTBQI+. Políticas Públicas. LGBTfobias.



1. Introdução

‘Tire o respeito do armário’; assim estão estampadas as camisetas da campanha de enfrentamento à homofobia do governo estadual da Paraíba, promovida pelo Centro Estadual de Referência dos Direitos LGBT e Enfrentamento à Homofobia da Paraíba – Espaço LGBTQI+³, da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba (SEMDH/PB). Além das camisetas vestidas por pessoas em apoio à causa, existem outras peças publicitárias, tais como: *banners*, panfletos e cartazes focados na diversidade de gênero e sexualidade. A principal proposta da campanha é incentivar o respeito e a tolerância a essa população, além da necessidade de denunciar atos violentos contra ela, entre outras. Assim, a campanha busca dar visibilidade a um segmento da população que tem sido historicamente colocado à margem da sociedade.

A campanha foi lançada em 24 de agosto de 2012, segundo a própria SEMDH/PB, através de uma publicação no seu perfil no Facebook. Em um texto publicado em um álbum no seu perfil, a SEMDH/PB (PARAÍBA, 2012) diz que “tem as redes sociais como principal aliada na divulgação das peças publicitárias”. Além da mensagem estampada em camisetas, o *slogan* “todos pelo fim da homofobia” deixa clara a mensagem para aqueles/as que escondem a sua sexualidade no ‘armário’ ou que têm sua identidade de gênero posta em dúvida. Em meio a várias frases, havia um *banner* que unia pessoas de sexualidade e identidade de gênero dissidentes, o qual dizia: “Estamos nas feiras, nas escolas, nas fábricas, nas famílias, na política, nos salões, nos esportes, nos *shoppings*, nas ruas e queremos o respeito que tod@s merecem”. (PARAÍBA, 2012).

Em 2012 e 2013, a campanha foi veiculada tanto em formatos físicos, *banners* e *outdoors* espalhados pela capital paraibana quanto em redes sociais on-line, especificamente no Facebook, com o intuito de extrapolar os níveis territorial e temporal. À época, a promoção do respeito pela população LGBTQI+ estava materializada e podia ser vista em diversos pontos de João Pessoa e também no Facebook, fato que pareceu apontar para tempos mais livres de preconceito. Essa população foi largamente representada pelas publicações no Facebook, representação feita por muitas que vestiam as camisetas da campanha – o que parecia acenar para um novo tempo.

A palavra ‘homofobia’ estava exposta sem rodeios em um *outdoor* em João Pessoa; ela parecia uma afronta a uma sociedade que se nega a acreditar na existência da violência que ela

³ Na época da pesquisa, a campanha utilizava a expressão “Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais” (LGBT); hoje utiliza “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e mais” (LGBTQI+).



mesma gera contra a população em questão. Ainda é necessário discutir e dar visibilidade às diferentes afetividades e sexualidades, sobretudo quando diversas instâncias sociais ensinam que desvios da normalidade trazem riscos. Sob diversas perspectivas, esses riscos são consequência da própria comunidade LGBTQI+, que supostamente os provoca e que, portanto, é merecedora deles simplesmente por construir-se e viver antagonicamente ao dito ‘normal’. Por esse motivo, a análise da campanha aqui abordada foi uma forma de buscar melhor compreender como esta foi utilizada pela SEMDH/PB para representar pessoas de identidades e sexualidades dissidentes.

A origem do termo ‘heteronormatividade’ vem da chamada Teoria *Queer*, que, segundo Miskolci (2014, p. 33), é uma “ordem política e cultural” que impõe a heterossexualidade como um padrão de vivências e práticas sexuais, além de limitar a vida dos sujeitos sociais aos seus corpos, à fisiologia humana. É notório em grande parte das sociedades contemporâneas, em especial na ocidental, que a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e mais (LGBTQI+) seja considerada abjeta, anormal ou que viva a vida de forma profana, contrária à natureza/biologia humana concebida socialmente em vários discursos. Essa mesma população é vítima de um processo contínuo que deslegitima suas práticas sociais em detrimento do que é considerado moralmente normal e natural. Tal condição/norma social imposta aos dissidentes de gênero é conhecida como ‘heteronormatividade’ ou ‘norma heterossexual’.

Essa norma gera as mais diversas formas de violência – sejam elas institucionais ou privadas – podendo chegar a consequências severas como a morte. Nesse sentido, pode-se dizer que a imposição social de um gênero com base no determinismo biológico (ou natural) também acaba por privar o exercício de cidadania de alguns indivíduos. Para Miskolci (2014, p. 33), as regulações embasadas na heterossexualidade “criam e mantêm desigualdades de toda ordem, em especial no menor reconhecimento político e de direitos de indivíduos cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas vigentes”.

O Espaço LGBTQI+ é um centro de referência localizado em João Pessoa, capital do estado da Paraíba, o qual presta assistência a essa parcela da população. Esse serviço gerou a necessidade de produzir a campanha ‘Tire o respeito do armário’, que teve por objetivo conscientizar e garantir a essa população o exercício livre da cidadania; além do mais, ao ser divulgada, também deu visibilidade à comunidade. A opção de usar a internet⁴ como uma

⁴ Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 234) definem a internet como “a rede global de computadores, conectadas por infraestruturas de hardware e software”. Ao contrário do que muitos dizem, a *web* não é sinônimo de internet, esclarecem as autoras, ao dizerem que ela foi “criada no final dos anos 1980 e é um subconjunto das páginas



plataforma de comunicação para divulgar a campanha, principalmente pelas redes sociais on-line, veio do fato de ela ser uma ferramenta que possibilita a ampla visualização da população LGBTQI+. As redes sociais são uma janela de oportunidade para discussões acerca do macrotema gênero/sexualidade, haja vista o espaço disponível para comentários sobre as publicações feitas no Facebook.

A população conhecida como LGBTQI+ tem passado por diversas formas de violência durante sua história, sejam elas institucional, social, verbal, psicológica, física ou outras. Campanhas voltadas para pessoas LGBTQI+, em especial as visuais, evidenciam que essa parcela da população é constantemente solapada pelo simples fato de existir. Redes sociais on-line são ferramentas de comunicação adotadas como estratégicas na promoção de igualdade sexual e de gênero por ONGs ou secretarias, pois têm o potencial de dar visibilidade à comunidade. Além desses aspectos, redes sociais como o Facebook dão publicidade aos serviços públicos e podem gerar discussões ou apresentar as expressões de gênero dessa população. Com isso, pessoas que seguem a rede oficial da SEMDH/PB podem consumir informações diversas sobre os serviços da Secretaria fornecidos por ela própria em seu perfil oficial no Facebook. Raquel Recuero (2009) explica que:

A grande diferença entre sites de redes sociais e outras formas de comunicação mediada pelo computador é o modo como permitem a visibilidade e a articulação das redes sociais, a manutenção dos laços sociais estabelecidos no espaço *off-line*. Assim, nessa categoria estariam os *photoblogs* (como o Flickr e o Fotolog, por exemplo); os *weblogs* (embora sua definição não seja exatamente dentro de um sistema limitado, como propõem as autoras, defenderemos que são sistemas semelhantes); as ferramentas de *micromessaging* atuais (como o Twitter e o Plurk), além de sistemas como o Orkut e o Facebook, mais comumente destacados na categoria. (RECUERO, 2009, p. 102-103).

A busca por visibilidade é um dos principais desafios para trazer à luz aqueles/as que têm seus direitos questionados e suas vivências oprimidas. Assim, o objetivo da presente pesquisa foi analisar as campanhas voltadas à população LGBTQI+ que são veiculadas em redes sociais on-line pelo governo estadual da Paraíba. O objetivo principal deste artigo é interpretar/compreender por que o Espaço LGBTQI+ veicula as campanhas nas redes sociais on-line da SEMDH/PB. A seguinte proposição vem a reboque dos objetivos do estudo: quais são os discursos/imagens

disponíveis na internet, organizadas em documentos interligados por hiperlinks e acessíveis através de softwares específicos”. (2011, p. 55) Segundo as autoras, a grafia das palavras ‘internet’ e ‘worldwide web’ (www) em letras minúsculas serve indicar que são substantivos comuns, e não nomes próprios.



associados às LGBTQI+ presentes na campanha ‘Tire o respeito do armário’, tendo sido ela desenvolvida por uma secretaria de Estado voltada para a defesa dos direitos dessa população? A resposta a essa questão demandou o recorte de um período analítico para o objeto em análise. Sendo assim, uma segunda proposição fez-se necessária, a saber: analisar a periodicidade e o alcance da campanha desde a data de seu lançamento, em 2012, até seu fim, em 2015.

A discussão lançada aqui objetiva apresentar correlações e diferenças entre o uso do substantivo ‘homofobia’ expresso na campanha e a diversidade de pessoas encontrada nas imagens que analisamos neste texto. Contudo, não houve a pretensão de limitar, reduzir ou esgotar as possibilidades interpretativas dessas imagens, mas de dar uma perspectiva crítica a uma palavra já amplamente adotada para designar várias formas de violência praticadas contra pessoas LGBTQI+ – uma palavra que se traduz na manifestação de ódio e de repulsa a um perfil social específico. Algumas matérias jornalísticas que exemplificam as realidades vividas pela comunidade LGBTQI+ são apresentadas na fundamentação teórica deste artigo, assim como alguns/mas de seus membros que militam nas redes sociais on-line e que conseguem romper com noções e práticas sociais heteronormativas. Assim, este artigo trará à cena discursos associados às imagens usadas na campanha ‘Tire o respeito do armário’ e interpretará as fotografias publicadas no perfil da Secretaria.

2. Os Caminhos da pesquisa

O levantamento de algumas definições conceituais utilizadas por pesquisadores *Queer* em estudos de gênero, e pelo próprio movimento LGBTQI+, foi essencial para interpretar as vivências/experiências da população alvo da campanha – além de ter sido primordial para a efetiva compreensão da campanha ‘Tire o respeito do armário’, e de como ela representa, ou apresenta, seu público. A pesquisa bibliográfica teve como foco o aumento das tensões e a problematização de questões atuais da comunidade LGBTQI+.

A quantidade de *posts*⁵ da campanha foi alta e a coleta desse material se deu a partir de diversas consultas ao perfil da Secretaria no Facebook⁶. Apenas alguns exemplos foram aqui

⁵ Neste artigo, a expressão *post* é usada para designar o que se compreende popularmente como publicações realizadas em redes sociais on-line. Essas publicações podem ter formatos e composições variados. Por exemplo, um *post* tanto pode ser um compartilhamento de conteúdo entre redes sociais distintas (um vídeo do YouTube publicado no Facebook) quanto uma publicação de fotografia tirada a partir de um dispositivo móvel, como um celular ou um *tablet*. Essas publicações podem ou não vir acompanhadas de textos escritos. Fotografias das pessoas podem ser consideradas como *posts* no Facebook.

⁶ Perfil da SEMDH/PB no Facebook: <https://www.facebook.com/SemdhPB>.



explorados, dado o grande número de fotografias e *banners* encontrados na página do Facebook da SEMDH/PB. O material foi categorizado por tipos de peças publicitárias encontradas em um álbum e por fotografias de pessoas vestindo a camiseta da campanha em apoio à causa, disponíveis em outros dois álbuns da página.

As fotografias selecionadas tinham características que as diferenciavam umas das outras: molduras que mencionavam datas específicas comemoradas pela população LGBTQI+. Havia outros álbuns fotográficos registrando ações da Secretaria, divulgando a campanha, ou simplesmente agendas de reuniões, mas o material nesses álbuns não foi utilizado na análise descrita aqui pois a riqueza visual do conteúdo poderia ter sido prejudicada em sua singularidade. No entanto, alguns aspectos mais gerais da campanha serão descritos no decorrer da análise do objeto. O recorte analítico incluiu o período da veiculação da campanha no Facebook e estendeu-se até o fim de 2015. A análise centrou-se em fotografias e em materiais gráficos.

A pesquisa seguiu a metodologia de análise qualitativa, a qual foi aplicada à campanha criada pelo Espaço LGBTQI+, e publicada pela SEMDH/PB. A escolha por essa metodologia justifica-se pela necessidade de explorar as conexões estabelecidas entre as pessoas nas fotografias e as interpretações teórico-conceituais pertinentes ao tema em discussão. Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral explicam que a pesquisa qualitativa “visa uma compreensão aprofundada e holística dos fenômenos em estudo e, para tanto, os contextualiza e reconhece ser caráter dinâmico, notadamente na pesquisa social”. (2011, p. 68) Na pesquisa qualitativa, “os elementos da amostra passam a ser selecionados deliberadamente, conforme apresentem as características necessárias para a observação, percepção e análise das motivações centrais da pesquisa”. (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 68). Essa metodologia de análise possibilitou apresentar descritivamente o material encontrado no perfil da SEMDH/PB e fazer alguns apontamentos em relação aos aportes teóricos adotados neste texto, como passaremos a discutir.

3. A Questão LGBTQI+ nos dias atuais: conceitos em disputa na percepção sobre as diversas formas de violência

Em uma entrevista concedida em fevereiro de 2012 ao programa Roda Viva, da TV Cultura (Brasil), a cartunista Laerte Coutinho (2015) é interpelada pelo mediador, o jornalista Mario Sergio Conti, que pergunta se ela prefere ser chamada de “senhor”, “senhora” ou de



“senhorita”. Rindo, Laerte conta que tem adotado o conceito de dupla cidadania e, logo depois, afirmou não ter preferência por um substantivo que designe um gênero específico. Então, Mario a questiona sobre o porquê de ela se vestir de mulher. Novamente rindo, Laerte responde que a própria expressão “vestir-se de mulher” é “conversável”. Ela continua, “Eu uso roupas femininas, uso maquiagem, uso itens da apresentação de gênero, assim, que são, convencionalmente, das mulheres, do feminino”, para desconstruir a noção de que “estar vestida” seria fantasiar-se, simular-se ou emular-se de mulher; segue ela, “Eu ‘tô’ me entendendo e confabulando com o universo feminino, do gênero feminino”.

O debate de quase uma hora e meia envolveu diversas questões LGBTQI+, com temas sobre violência contra transexuais e travestis, assim como sobre o uso do banheiro usado por elas. A cartunista, assim como todos os outros entrevistados do programa, foi colocada em uma cadeira giratória no centro de cenário circular, e os entrevistadores⁷ foram posicionados nas bordas externas do círculo. Laerte é reconhecida nacionalmente no cenário cultural como cartunista e, à época da entrevista, sua transexualidade feminina já era pública. Na entrevista, ao trazer informações e perspectivas de vivências travestis e transexuais, Laerte levanta uma pauta muitas vezes silenciada socialmente. Alguns anos após a entrevista, em novembro de 2015, a Agência Brasil publicou uma matéria divulgando que o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo – 604 mortes registradas entre janeiro de 2008 e março de 2014. (CAZARRÉ, 2015). Os dados são de pesquisa da Organização Não Governamental (ONG) Transgender Europe (TGEU).

Prosseguindo a entrevista, Sergio questiona a cartunista se “vestir-se de mulher” lhe dava prazer, ao que Laerte responde, entretida com a pergunta:

Olha, dá tanto prazer que ‘num’ dá nem mais prazer, dá tanto prazer e coisa assim que já virou o meu modo natural de me vestir, de me expressar [...]. Primeiro lugar é a consciência de estar me vestindo e me apresentando e me produzindo de alguma forma, coisa que jamais na vida eu me preocupei, entendeu? Então, pela primeira vez, eu tenho essa preocupação que é também um prazer, que é o uso de uma linguagem, né? Então, essa é uma novidade, assim, em relação a tudo. E agora eu ‘tô’ fazendo isso há muito pouco tempo, também. Eu ‘tô’ com 60 agora, eu comecei a me vestir o tempo inteiro assim em 2010. É relativamente recente. (2015)

⁷ Em todas as edições, várias personalidades são chamadas para entrevistar a pessoa convidada. Nessa edição, amigos da cartunista – uma jornalista, um professor e uma psicanalista – estavam na condição de entrevistadores. Ressaltamos, aqui, que todos estes são cisgêneros, ou seja, indivíduos que têm seu gênero em acordo com o seu órgão genital.



Em sua fala no programa, e também em sua própria vida, Laerte Coutinho levanta questões pertinentes às pessoas LGBTQI+ relativas às vivências de pessoas travestis e transexuais. Por um lado, essas vivências possibilitam reflexões importantes sobre o emprego da palavra ‘homofobia’ na campanha sob análise e, por outro, denotam o que o conceito de heteronormatividade denuncia: um regime de poder disciplinar e de normalização dos seres. (MISKOLCI, 2012) Nascida no movimento da Teoria *Queer*, Miskolci (2012) explica que a concepção de heteronormatividade preocupa-se em denotar, apontar ou explicitar “as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais”, assim como as diversas formas de violência e injustiças envolvidas na criação de sujeitos “normais” e “anormais”. (2012, p. 26) Miskolci explica que *Queer* pode ser entendido como uma política de gênero distante da visão homossexual e que põe em destaque o poder disciplinar, contrapondo-se à visão de poder repressor sustentada por movimentos homossexuais. “Na perspectiva do poder opressor, os sujeitos lutam contra o poder por liberdade, enquanto na do poder disciplinar, a luta é por desconstruir as normas e as convenções culturais que nos constituem como sujeitos”. (MISKOLCI, 2012, p. 27)

A normalização está intimamente relacionada a todos os indivíduos sociais; no entanto, é claramente perceptível que pessoas consideradas abjetas, estranhas e dignas de desprezo são relegadas às margens da sociedade, são invisíveis a ela e, na pior das hipóteses, são assassinadas por estarem em desacordo com a normalidade. Em outras palavras, pênis = homem/vagina = mulher. É interessante levar em consideração o que Colling e Nogueira (2015, p. 182–183) pontuam sobre as concepções de saúde/doença em manuais de diagnóstico: travestis e transexuais continuam sendo consideradas portadoras “de um transtorno de gênero que não segue a linha coerente entre sexo/gênero”. Esses pesquisadores apontam que a heteronormatividade é um modelo legitimado socialmente, que “organiza nossas vidas” ao regular nossos corpos para determinadas vivências sociais e práticas sexuais consideradas normais e aceitáveis, em uma “relação mimética do gênero com a materialidade do corpo”. (2015, p. 182) Colling e Nogueira (2015, p. 179) reforçam que a “violência é o *modus operandi* com o qual a heterossexualidade sobrevive inabalável enquanto norma hegemônica”. Essa afirmativa consta em um estudo focado em explorar diferenças e proximidades conceituais entre



homofobia, heterossexualidade compulsória⁸ e heteronormatividade, termos que têm sido bastante utilizados pelas pessoas LGBTQI+.

A heteronormatividade desmascara as relações estruturantes entre natureza e anatomia ao apontar que o caráter normativo “advoga que ter um pênis significa ser obrigatoriamente másculo, isto é, o gênero faz parte ou depende da ‘natureza’”. (2015, p. 182) Para Colling e Nogueira, os conceitos são “tentativas de formular críticas às normas que produzem modos considerados normais e naturais de sexualidade, e os atos decorrentes dessas normas, como, por exemplo, as diversas formas de violência contra pessoas excluídas desses padrões”. (2015, p. 174)

As diversas formas de violência (simbólicas e objetivas) e a exclusão social exercida sobre a comunidade LGBTQI+ – que foge de padrões heterossexuais –, têm sido definidas pelo uso da palavra ‘homofobia’, a qual expressa as formas de ódio e repulsa a gays. Contudo, é fundamental ter em perspectiva que outras identidades têm particularidades que acionam outras formas de violência e geram conceitos que buscam formular críticas às normatizações sexuais e às suas consequências. Yasmim Nóbrega de Alencar (2013, p. 2-3) pincela a heterossexualidade como uma obrigação social, o “subjuço heterossexual” associado a uma lógica de normalidade que, segundo a autora, surge do pensamento freudiano como um parâmetro de educação sexual. De acordo com tal parâmetro, a heterossexualidade é fundamentada e constituída na divisão do sistema binário de gêneros e na expectativa de vida dos indivíduos que envolvem o gênero, além de, em grande medida, perceber o ato sexual pelo prisma da reprodução, ou seja, da perpetuação da espécie.

Alencar (2013, p. 3) também apresenta correlações necessárias entre a questão da sexualidade obrigatória e um termo mais abrangente: LGBTfobias. Esse termo congrega as diversas experiências de violência e limitações de direitos vivenciadas não apenas por homossexuais, mas também por lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Luiz Mello, Walderes Brito e Daniela Maroja (2012, p. 405) afirmam que “o preconceito, a discriminação e o ódio que atingem os diferentes segmentos da população LGBTQI+, representados pelas diferentes letras que compõem a sigla, possuem especificidades próprias”. Assim, além de homofobia, pode-se falar em lesbofobia, bifobia, travestifobia e transfobia separadamente.

⁸ Esse conceito, segundo Colling e Nogueira (2015, p. 182), se apoia na crença de que a heterossexualidade, como forma de sexualidade, é um padrão da natureza e, exatamente por isso, os desviantes (gays, lésbicas, bissexuais e +) seriam anormais.



O sufixo ‘fobia’ vincula-se ao campo das patologias, conforme apontam Colling e Nogueira, ao afirmarem a existência de um “problema social/cultural e, se for o caso, de uma patologia produzida pelas normas hegemônicas em torno das sexualidades e dos gêneros”. (2015, p. 176) Mello, Brito e Maroja também concordam que o uso do sufixo ‘fobia’ para caracterizar preconceito e discriminação de gênero e sexual é limitado, pois apoia-se em uma ideia biológica patologizante: “quando se sabe que fundamentos das disputas de poder entre grupos diversos, inclusive sexuais, são claramente de ordem social, política, cultural e econômica”. (2012, p. 405) As LGBTfobias, diz Alencar, são uma usurpação dos direitos humanos, pois levam os indivíduos dessa comunidade à morte simbólica – ou mesmo objetiva. Como exemplo, as autoras exploram a perspectiva de vivências de mulheres lésbicas:

Lésbicas são reduzidas aos xingamentos e humilhações cotidianos, de ‘sapatão, mulher-macho’ e outros que as fazem evitar a ocupação de espaços públicos, demonstrações de afetos com suas namoradas, além do fato de temerem apanharem destes mesmos agressores verbais, capazes de estuprá-las para ‘ensinar o que é Ser Mulher’. (ALENCAR, 2013, p. 2).

Mello, Brito e Maroja (2012, p. 44) apontam em uma pesquisa conduzida no Brasil, intitulada “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: Notas sobre alcances e possibilidades”, que o primeiro marco na formulação de políticas públicas para a comunidade LGBTQI+ foi o Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2), divulgado em 2002 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo eles, entre as 518 ações do programa, cinco contemplavam “orientação sexual” para garantir o “direito à liberdade, opinião e expressão”, e dez eram relativas à “garantia do direito à igualdade” àqueles tratados como gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais⁹ na história recente.

A partir de 2004, sob a administração do presidente Lula, seis iniciativas foram marcantes, quais sejam: 1. Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, de 2004; 2. I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, de 2008; 3. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT,

⁹ Os autores (MELLO, BRITO; MAROJA) pontuam que as ações para a população LGBTQI+ não “chegaram a ser assumidas por nenhum órgão de governo como um conjunto de diretrizes para a formulação de políticas públicas”. (2012, p. 407–408).



de 2009; 4. Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), de 2009; 5. Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da então Secretaria de Direitos Humanos, criada em 2010; e 6. Conselho Nacional LGBTQI+, implementado em 2010, o qual inclui representações da sociedade civil e representantes do governo federal.

Mello, Brito e Maroja (2012) afirmam que, atualmente, as principais ações voltadas para população LGBTQI+ no Brasil partem de iniciativas do Poder Executivo em seus três níveis – federal, estadual e municipal –, e se traduzem no reconhecimento da necessidade de implementar políticas que combatam o preconceito, a discriminação e a exclusão das LGBTQI+s. Eles/as acrescentam:

E mais: tais ações e programas são particularmente importantes num cenário em que o Poder Legislativo ainda não aprovou nenhuma lei que assegure direitos civis e sociais à população LGBT e em que o acesso ao Poder Judiciário é restrito, na maior parte das vezes, às pessoas que dispõem de recursos financeiros para contratar advogadas e às que têm coragem para enfrentar a recorrente homofobia de Estado, cujas magistradas, diante do vazio legal, muitas vezes ainda se negam a reconhecer que há vidas legítimas e inteligíveis para além da heteronormatividade. (MELO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 409–410)

O uso do nome social dado a transexuais e travestis no âmbito do Poder Executivo estadual e municipal foi disciplinado por meio de portarias, resoluções, decretos e até por leis – todos aprovados em 2009 e 2010. Foram mencionados por Melo, Brito e Maroja como exemplo de ação que “explícita como as demandas da população LGBTQI+ têm encontrado acolhida crescente por parte da administração pública, ao mesmo tempo em que ainda não são objeto de políticas públicas mais organicamente articuladas e de alcance nacional”. (2012, p. 411)

A abordagem dessas questões em redes sociais tem sido feita por diversos indivíduos que buscam potencializar politicamente grupos excluídos e, conseqüentemente, dar visibilidade a eles e destacar pautas negligenciadas pelo Estado. Portanto, essas são ações desenvolvidas não exclusivamente pelo Poder Executivo, mas também pelos/as próprios/as cidadãos/ãs que lutam por bandeiras específicas e reivindicam direitos sociais e civis. Parte desse processo pode ser percebido nos diversos discursos que debatem questões LGBTQI+; como exemplo, na produção de textos ou conteúdos (montagens, vídeos, *banners*, dentre outros) desenvolvidos por atores sociais. Sofia Favero Ricardo tem uma página no Facebook que se destaca entre outros perfis: a



Travesti Reflexiva¹⁰. Outras mulheres transexuais e travestis também oferecem contribuições importantes, especialmente no ambiente on-line, ao proporem discussões que favoreçam pessoas LGBTQI+ e rompam noções heteronormativas. Essas reflexões denotam o aspecto estético e político “GGGG” da sigla e de parte dos movimentos que centralizam problemas no “ser homem homossexual cisgênero”. Há, portanto, o apagamento de outras pessoas que atuam nesses movimentos, mas que não são gays.

A tensão descrita acima entre membros dos movimentos citados é importante principalmente porque grande parte do entendimento acerca da comunidade LGBTQI+ correlaciona-se ao universo gay, do homem cisgênero. Logo, mulheres lésbicas, mais masculinas ou não, são vítimas de assédio e violência – o que acaba por tornar o espaço público um ambiente hostil para elas conforme mostrado por Alencar. (2013, p. 3). Não é incomum ver e ouvir que travestis e transexuais apenas se tornariam mulheres se fizessem a transgenitalização – quando, na verdade, a identidade de gênero não é dada pela genitália. Ainda há o fato de as representantes dessa população passarem por todo um processo de acompanhamento antes de serem consideradas aptas à cirurgia. O próprio debate sobre uso do banheiro por pessoas transexuais e travestis coloca a heteronormatividade binária em evidência ao revelar a segregação de tipos de seres humanos (mulher, homem e travestis/transexuais); essas últimas sendo vistas como uma terceira categoria que não deve misturar-se aos indivíduos considerados normais.

Baseadas nessas reflexões, serão feitas, a seguir, as análises do objeto para qualificar as publicações encontradas e a ação da SEMDH/PB focada na população LGBTQI+.

4. Diferenças e afetações na campanha ‘Tire o respeito do armário’

A proposta da análise do objeto é compreender a razão de veicular-se a campanha da SEMDH/PB no Facebook, ‘Tire o respeito do armário’. As redes sociais on-line tornaram-se novos espaços para a propagação de campanhas e para a luta de classes. Em um período de pouco mais de três anos e meio, de agosto de 2012 a dezembro de 2015, foram publicados materiais gráficos e fotografias no Facebook da SEMDH/PB. Três álbuns disponíveis na página foram avaliados: um deles continha nove peças publicitárias – entre elas, cartazes, *banners* e informativos. Os dois outros álbuns contavam com o total de 643 fotografias (509 no primeiro e 134 no segundo) – no todo, foram avaliadas 652 imagens.

¹⁰ O perfil de Sofia pode ser acessado no seguinte endereço: <https://www.facebook.com/travestilidade/?fref=ts>



“Ela é lésbica e é mãe”; “Ela é transexual e é minha irmã”; “Ele é gay e tem dois filhos”; “Ela é travesti e é minha amiga de escola”; “Ele é gay e mora comigo”; “Elas são lésbicas e trabalham comigo” – essas são as frases expostas nos cartazes da campanha, que mostram fotos das pessoas referenciadas nas frases. Além dessas, as seguintes mensagens também foram expostas nos cartazes: “Estamos nas baladas, nas universidades, nos hospitais”; “Estamos nos escritórios, nas artes, nas famílias”; “Estamos nas fábricas, na política, nos salões”; “Estamos nas lojas, nas escolas, nos esportes”; “Estamos nos supermercados, nas feiras, nos lares” e “Estamos nos shoppings, nas ruas, nos bancos”. Após cada uma dessas frases, segue uma reivindicação conhecida das pessoas LGBTQI+, como, por exemplo, “E queremos o respeito de tod@s. Todos pelo fim da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. A campanha no Facebook teve início em agosto de 2012, com um álbum contendo algumas peças publicitárias. Além dos seis cartazes expostos (Figura 1), há outros que reúnem as personagens de cada um deles: no total, sete pessoas de identidade de gênero e orientação sexual distintas foram modelos da campanha.

O álbum intitulado ‘Campanha de combate à homofobia’ conta com um informativo e com o *banner* principal, descrito no início deste artigo. Há ainda a exposição dos números de disque-denúncias para o reporte de casos de homofobia: “Espaço LGBT – 3221 2118” e “Disque 100 – LGBT (24h)”.

É interessante observar que as fotografias estampadas nos cartazes apresentavam somente o perfil de cada pessoa com expressões diferentes: o rosto delas é revelado apenas no cartaz principal. A opção pelo recorte em perfil dos rostos faz alusão ao caráter identitário e humano das pessoas LGBTQI+, pois a arte gráfica dos cartazes ressalta as categorias sexuais e de gênero que identificam pessoas ‘lésbicas’, ‘transexuais’, ‘gays’ e ‘travestis’. Cada palavra das frases tinha uma cor diferente – possivelmente uma referência ao colorido da bandeira LGBTQI+, em contraste ao fundo preto e branco do cartaz. As pessoas expostas nos cartazes pertencem a gerações distintas. Na base dos cartazes eram escritas as frases impressas nas camisetas junto do logotipo dos órgãos responsáveis que apoiaram a campanha.



Figura 1 – Cartazes com personagens da campanha ‘Tire o respeito do armário’



Fonte: Perfil da SEMDH/PB no Facebook, (2012), disponível em: [https://www.facebook.com/pg/SemdhPB/photos/?tab=album&album_id=314995658598073&ref=page_ternal](https://www.facebook.com/pg/SemdhPB/photos/?tab=album&album_id=314995658598073&ref=page_internal)

É oportuno pensar que o discurso usado para apresentar as personagens perpassa temas como amizade, moradia, trabalho e família. São pessoas LGBTQI+ que têm amigos, colegas de trabalho, que dividem um lugar para morar, que são como irmãs para alguns, e que podem ser mães ou pais. Todavia, tais perfis parecem distantes de uma sociedade que prega o modelo heterossexual como sendo o único viável. Posições humanas distantes até mesmo da compreensão acerca de uma vida possível e, para muitos, concreta.

É notório o uso constante da palavra ‘homofobia’ nos cartazes da campanha para sintetizar o sentimento que gera as várias formas de violência sofridas pela população aqui referenciada. Os álbuns continham nove peças e um panfleto informativo (Figura 2) explicando que a palavra faz ressalva às expressões de intolerância e preconceito vividas por cada pessoa, a saber: lesbofobia, bifobia e transfobia – ainda que não mencionadas no panfleto. O texto do panfleto também aborda a igualdade de direitos e apresenta a Lei estadual nº 7.309/03, a qual



proíbe discriminação por orientação sexual em estabelecimentos públicos e privados, e a Lei nº 9.024/09, a qual instituiu o dia 17 de maio como o Dia Estadual de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia na Paraíba. A arte gráfica do panfleto também indica os espaços que prestam serviços especializados a vítimas de homofobia.

Figura 2 – Panfleto informativo da campanha

JUNT@S PELO FIM DA HOMOFOBIA

A homofobia é a repulsa, intolerância ou ódio aos homossexuais, manifestados por palavras, atitudes e ações preconceituosas e discriminatórias, muitas vezes, violentas.

As formas de expressão da intolerância e do preconceito são diferenciadas quando dirigidas a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis devido às regras que definem ser homem e ser mulher numa sociedade machista e sexista que pune a transgressão a essas regras de gênero.

Segundo o monitoramento feito pelo Fórum de Entidades e Lideranças LGBT da Paraíba, em 2011 foram 21 casos de homicídios contra LGBT na Paraíba. Comparados aos dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), o estado ocupa o segundo lugar em crimes contra LGBT e/ou motivados pela homofobia.

Crimes com motivações homofóbicas apresentam características, tais como:

- covardia por parte do agressor;
- requintes de crueldade;
- conhecimento anterior da vítima pelo agressor;
- denúncias contra a vítima, que não foram registradas, usadas pelo agressor, muitas vezes, para encobrir envolvimento sexual.

DIREITOS IGUAIS

Um Estado democrático garante os princípios da igualdade e da equidade, em que tod@s são iguais em seus direitos, sendo necessário criar mecanismos para garantir esses direitos para @s socialmente excluíd@s.

A orientação sexual e as diferentes identidades de gênero não podem ser motivo de discriminação. Por isso, propõem-se políticas de Estado que busquem superar desigualdades e proteger os direitos de indivíduos e grupos de LGBT, afetados por discriminação e pela homo-lesbo-transfobia.

LEGISLAÇÃO

Lei 7.309/03: proíbe qualquer forma de discriminação às pessoas com base na sua orientação sexual em estabelecimentos públicos e privados.

Lei 9.025/09: institui o dia 17 de maio como o Dia Estadual de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia na Paraíba.

Se você for vítima de homofobia, procure os seus direitos através dos serviços especializados.

Centro de Referência de Direitos Humanos de LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba – ESPAÇO LGBT. Praça Dom Adauto, 58, Centro, João Pessoa/PB.

Delegacia Especializada Contra Crimes Homofóbicos.
Fone: (83) 3218 6762
Rua Francisca Moura, 36, Centro, João Pessoa/PB.

Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) de sua cidade ou região.

**DENUNCIE A HOMOFOBIA,
ESPAÇO LGBT: 3221 2118
DISQUE 100 – LGBT (24h)**

Fonte: Perfil da SEMDH/PB no Facebook, (2012), disponível em:

https://www.facebook.com/pg/SemdhPB/photos/?tab=album&album_id=314995658598073&ref=page_internal

Fotografias com várias pessoas – de cidadãos a gestores públicos e de movimentos sociais – vestindo as camisetas coloridas criadas para a campanha (em uma alusão à bandeira LGBTQI+) foram publicadas em dois outros álbuns da página da SEMDH/PB, intitulados ‘Campanha ‘Tire o respeito do armário’ para redes sociais’ e ‘Tire o respeito do armário (Álbum 2)’. Os álbuns continham o total de 643 fotografias, 509 no primeiro e 134 no segundo. Só um *post* foi publicado no segundo álbum em agosto de 2015, a maior parte das publicações sendo feitas entre 2012 e 2014. É importante destacar que vários outros álbuns foram criados para divulgar ações focadas na população LGBTQI+. Essas ações foram planejadas em reuniões que



aconteceram durante eventos que tinham como objetivo reforçar a campanha. Parte das fotografias publicadas nos álbuns aqui analisados foram tiradas durante esses eventos.

Em geral, as imagens dispostas nos dois álbuns citados mostram pessoas de etnias, gerações e gêneros diferentes e evidenciam não somente o apoio à causa, mas também a exposição de suas lutas pela bandeira LGBTQI+. Havia quatro tipos de *posts* nos álbuns avaliados (Figura 3), o primeiro deles trazendo o *slogan* da campanha. Pouco tempo depois, a série de fotografias passou a reunir pessoas que lutam pela visibilidade das pessoas trans, comemorada em 29 de janeiro de 2013, Dia da Visibilidade Trans. Outros *posts* do mesmo ano colocaram mulheres em destaque para chamar a atenção para o dia 8 de março das “mulheres pelo fim da homofobia”. Em agosto daquele ano, outra série fotográfica com participantes da 1ª Corrida Estadual contra a Homofobia, realizada no dia 18, foi publicada na página da SEMDH/PB.

Figura 3 – Pessoas vestindo as camisetas da campanha



Fonte: Perfil da SEMDH/PB no Facebook, (2012–2013), disponível em:

https://www.facebook.com/pg/SemdhPB/photos/?tab=album&album_id=315944935169812



Bandeiras LGBTQI+ eram seguradas por pessoas com deficiência física e por membros de famílias com composições diversas, todos entre abraços e sorrisos. A diversidade de pessoas nas fotografias é relevante, pois destaca homens e mulheres dissidentes ou não da norma heterossexual, seja em nível de identidade de gênero ou de orientação sexual. Essas pessoas expuseram-se para um público genérico e as afetividades explicitadas por elas também são fatores interessantes – seja nas reações ou poses de uma ou mais pessoas nas fotografias. O que se vê são pessoas em um perfil público do Facebook expondo sua posição favorável a direitos sexuais e LGBTQI+.

A promoção de valores e práticas de respeito à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero seguramente é um mecanismo importante para que diferentes grupos sociais passem a ter uma visão de mundo menos heteronormativa, o que amplia as possibilidades de formação de uma opinião pública mais favorável, inclusive, à aprovação de leis que assegurem cidadania plena à população LGBT. (MELO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 425).

Grande parte dos *posts* identificava os indivíduos na legenda da fotografia – contudo, parece oportuno pensar e questionar o uso da palavra ‘homofobia’ na campanha, muito embora seu objetivo fosse abranger diferentes pessoas, apresentar datas importantes e dar visibilidade aos segmentos mais marginalizados que compõem a sigla LGBTQI+. Nesse sentido, é importante que o Estado democrático e laico dê visibilidade às identidades trans, as quais têm sua vivência negligenciada em diversos âmbitos.

Optar por usar palavras menos abrangentes pode tirar o foco das diversas formas de violência sofridas por grupos específicos, como aquelas advindas de LGBTfobias, na medida em que cartazes e fotografias expõem a diversidade resumida na sigla LGBTQI+ – ou mesmo de pessoas que não são representadas por ela. São necessários projetos educacionais sobre convívio social que desvelem a sociedade em que vivemos e os valores que reproduzem a heterossexualidade como norma. A população em geral deve ter consciência de que outras normas de vivência, desvincilhadas da orientação dos corpos, são possíveis, e que por estarem fora da ‘norma padrão’, não devem ser alvo de violência, como ocorre com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Sistematicamente, a humanidade dessas pessoas é questionada ou mesmo negada, a partir de crenças e tradições heteronormativas, naturalizantes e religiosas, incompatíveis com os princípios de respeito à dignidade, de garantia da autonomia e de proteção da liberdade,



que a princípio caracterizam as sociedades democráticas e os Estados laicos. (MELO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 412).

A citação acima evidencia a relevância da reflexão sobre terminologias e conceitos, a fim de compreender isoladamente as diversas formas de violência sofridas pelas LGBTQI+. A utilização de uma palavra para expressar o sentimento que leva às diversas formas de violência sofridas por pessoas que têm identidades de gênero e orientação sexual diferentes daquelas de homens gays cisgênero acaba tirando a visibilidade de outros tipos de violência, exclusão e discriminação. Ao mesmo tempo, esse processo consegue expor problemas sociais oriundos do controle heteronormativo dos corpos e da sexualidade: a permanente referência à homofobia na campanha da SEMDH/PB também pode confundir e limitar a compreensão de outras formas de violência sofridas por pessoas LGBTQI+.

Vale destacar, ainda, que a visibilidade dada a pessoas dessa população permanece uma das principais lutas tanto de movimentos sociais quanto de setores da administração pública que lutam pela conquista e pelas garantias de direitos. Logo, a campanha ‘Tire o respeito do armário’ deu mais visibilidade à questão LGBTQI+ na Paraíba em função da sua mobilização no espaço on-line.

A divulgação da campanha foi extremamente importante na medida em que deu visibilidade a cidadãos considerados anormais, abjetos, até mesmo indignos de viver por terem optado por serem fiéis às suas mais diversas identidades. É essencial tornar visíveis aqueles e aquelas relegados/as à marginalidade, a submundos tidos como indignos para a vida humana.

Por outro lado, fica claro que apenas a campanha ‘Tire o respeito do armário’ *per se* não é capaz de empreender mudanças significativas em cenários mais gerais, de realmente acabar com qualquer fobia relacionada a questões de gênero ou sexualidade e com o preconceito e a violência resultante deles. Em certa medida, a campanha limitou-se a um único substantivo: os diferentes sentimentos que dão origem ao conjunto de violências empregados contra pessoas de gênero e sexualidade dissidentes – pessoas essas que também são parte integrante da sociedade. Todavia, por entrarem em desacordo com a normatividade de gênero e sexual, são alvo de consequências disciplinares específicas, tendo em vista as singularidades normativas do ser. Assim, o uso da palavra ‘homofobia’ parece tirar o foco de determinadas violências, como da transfobia ou da lesbofobia, fato que acaba por tornar as várias LGBTfobias invisíveis.



A homofobia, como ódio e repulsa a gays, explicita apenas a rejeição a relações afetivas entre pessoas de gênero masculino e, indiretamente, exclui de seu significado os segmentos que compõem a comunidade LGBTQI+. Além do significado descrito acima, ‘homofobia’ também pode ser compreendida como a negação a demonstrações de carinho entre grupos de seres humanos do mesmo sexo.

Como reflexo dessa negação, ações como ataques com diferentes objetos, insultos, ameaças e rejeição familiar são vivenciadas por qualquer pessoa de sexualidade destoante do ‘natural’. O afeto entre duas pessoas com a mesma fisiologia é inaceitável, mas os principais cartazes apresentavam pessoas que compõem a comunidade LGBTQI+, fato que chamou a atenção para as mais diversas LGBTfobias. As imagens nos cartazes abriram espaço para que tensões envolvendo o tema fossem discutidas nas redes sociais. Sendo assim, é possível observar um impasse conceitual no uso do substantivo ‘homofobia’ para expressar os diferentes sentimentos que dão origem às diversas formas de violência que acometem diferentes categorias sexuais e de gênero.

Colling e Nogueira (2015, p. 184) concordam que o uso da palavra ‘homofobia’ deveria estar atrelado a outros conceitos, de modo a alavancar questões sobre a manutenção de um poder heterossexual e o caráter historicamente construído da sexualidade. Embora haja o esclarecimento no informativo da campanha, e até mesmo na Lei 9.025/2009, de que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são alvos de diferentes expressões de intolerância e preconceito, a palavra ‘homofobia’ ainda é usada para dar conta de toda diversidade que compõe a comunidade LGBTQI+.

Contudo, é fato que tal palavra não favorece o entendimento holístico das manifestações de ódio e de formas particulares de discriminação – muito embora a palavra ‘homofobia’ abranja pessoas que divergem do que é considerado normal. Logo, seu uso convencional não parece evocar, pelo menos de maneira geral, as singularidades vividas pelas diferentes LGBTQI+.

5. Considerações finais

A presente pesquisa fez uma análise qualitativa e crítica da campanha estadual de enfrentamento à homofobia ‘Tire o respeito do armário’, encabeçada pelo Espaço LGBTQI+ e divulgada no Facebook. Consultas on-line ao perfil da SEMDH/PB no Facebook foram a forma de



mapear os *posts* relacionados à campanha. O recorte temporal adotado para a coleta de material na página da SEMDH/PB estendeu-se do início da campanha, em 2012, até o fim dela, em 2015.

Os conteúdos selecionados limitaram-se a fotografias e materiais publicitários e gráficos como cartazes e *banners*. Encontramos nove peças publicitárias destinadas à campanha: um *banner*, sete cartazes e um informativo. Por outro lado, havia uma volumosa quantidade (643 *posts*, em série) de fotografias de pessoas a favor da causa da campanha, o que denotou um caráter abrangente da propagação da campanha em ambiente *web*.

O material analisado confirmou a necessidade de problematizar questões LGBTQI+ sob a ótica da heteronormatividade e de apontamentos relativos a conceitos que remetem às diversas formas de violência advindas da falta de uma real percepção sobre temas como orientação sexual e de gênero.

Apesar de a campanha reunir um grande número de pessoas obrigadas a viver à margem da sociedade, como travestis e transexuais, a ênfase em “todas e todos pelo fim da homofobia” emerge como a possibilidade de dar visibilidade a outras formas de violência, tais como aquelas que são fruto da transfobia, da bifobia e da lesbofobia.

Pessoas de diferentes identidades de gênero e categoriais sexuais juntaram-se para denunciar as LGBTfobias e suas manifestações em diversos espaços sociais, como aqueles mencionados nas principais peças da campanha.

Entre os direitos defendidos pelos ativistas LGBTQI+ estão o de ir e vir, o de não ser discriminado em função de orientação sexual ou de gênero e o próprio direito à vida. Humanos são mulheres e homens, cisgêneros e transexuais, bichas e sapatões; portanto, não se pode limitar o potencial de sexualidades e de performances de gênero. Demonstrações de afeto dissidentes abrem espaço para vivências que, *a priori*, não condizem com a ‘normalidade’, mas que são afetividades que apontam para a construção de uma sociedade na qual o outro é compreendido como igual/semelhante mesmo em sua diferença.

A questão das diferentes afetividades vai além dos tópicos ressaltados na campanha ‘Tire o respeito do armário’, pois o estímulo ao respeito entre pessoas de sexualidade e identidade de gênero dissidentes deve ser permanente.



Contudo, os discursos nos cartazes principais da campanha tornaram evidentes os posicionamentos, lugares e vivências sociais de pessoas que cotidianamente são esquecidas, questionadas e tornadas invisíveis. A exposição pública no espaço on-line pode chegar aos olhos de vários indivíduos que não estão incluídos na comunidade LGBTQI+. A visibilidade a pessoas LGBTQI+ deve compor a agenda pública e tornar-se meio de luta para essa população.

Referências

- ALENCAR, Y. N. Heterossexualidade obrigatória e violências contra LGBTs na cidade de São Paulo. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS DA FESPSP, 2., 2013, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. Disponível em: http://www.fespp.org.br/seminario2013/artigos/IIseminarioPesquisa_YasmimN%C3%B3brega.pdf. Acesso 27 maio 2016.*
- CAZARRÉ, M. Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. *Agência Brasil*, Brasília, 13 nov. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>. Acesso 14 jun. 2016.
- COLLING, L.; NOGUEIRA, G. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. *In: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. (org.). Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2015, cap. 8, p. 173-185. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1531/1/Transposicoes%20lugares%20e%20fronteiras%20em%20sexualidade%20e%20educacao.pdf>. Acesso 16 out. 2015.*
- FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- LAERTE. São Paulo: TV Cultura, 2015, 1 vídeo (76 min). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j5hXQDThUiA>. Acesso 19 ago. 2020.
- MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 39, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/14.pdf>. Acesso 7 jun. 2016.
- MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, 84 p. (Cadernos da diversidade, v. 6).
- MISKOLCI, R. Crítica à hegemonia heterossexual. *Revista Cult*, São Paulo, n. 193, ano 17, p. 33-35, 2014.
- PARAÍBA, Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba (SEMDH/PB). Campanha de combate a homofobia. 2012. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/SemdhPB/photos/?tab=album&album_id=314995658598073&ref=page_internal. Acesso 10 abril 2020.
- RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Raquel_Recuero2/publication/259328435_Redes_Sociais_na_Internet/links/0c96052b036ed28f4d000000/Redes-Sociais-na-Internet.pdf. Acesso 17 maio 2016.

